

Nota Técnica: Pesquisa e aplicação a um debate

Bruner Titonelli Nunes²⁰

Resumo: O foco desse trabalho é a análise da produção de uma linha editorial do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as Notas Técnicas (NT). Elas são um instrumento considerado objetivo, pressupõe uma pesquisa realizada anteriormente e têm a finalidade de intervenção em debates públicos. A instituição, que passou por uma série de mudanças no período recente, foi fundada em 1964, após o golpe militar, para realizar pesquisas, elaborar propostas de planejamento e desenvolvimento econômico a longo prazo. Os *Técnicos de Planejamento e Pesquisa (TPPs)* exercem um tipo de trabalho *sui generis* que os diferencia tanto dos pesquisadores acadêmicos, como de diversos funcionários da burocracia estatal. As diferentes inserções da instituição em públicos alvos diversos é possível por conta das especificidades de suas linhas editoriais. Cada uma delas permite redes de diálogos específicas e a possibilidade de tradução de um tipo de publicação para outro é um elemento importante. No caso discutido, a NT é resultado da tradução de parte dos argumentos produzidos em uma outra linha editorial do Ipea, os *Livros*. Cada um desses trabalhos possuía públicos específicos (sociedade e pares, respectivamente) e a transição entre diferentes linhas editoriais implica em mudanças significativas tanto na forma como na construção dos argumentos.

Palavras chave: Ipea, estado, instituições, textos técnicos

Introdução

O foco desse trabalho é a análise da produção de uma linha editorial do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as Notas Técnicas (NT). O Ipea foi fundado em foi fundado em 1964, após o golpe militar, para realizar pesquisas, elaborar propostas de planejamento e desenvolvimento econômico a longo prazo. Os *Técnicos de Planejamento e Pesquisa (TPPs)* são a

20 Doutor PPGAS/UnB.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

principal categoria de trabalho do instituto e exercem um tipo de trabalho *sui generis* que os diferencia tanto dos pesquisadores acadêmicos, como de diversos funcionários da burocracia estatal²¹.

As *NT* são um instrumento considerado objetivo, pressupõe uma pesquisa realizada anteriormente e têm a finalidade de intervenção. Em termos gerais, a *Nota Técnica (NT)* pode ser descrita como uma linha editorial que publica textos relativamente curtos, em torno de 20 a 30 páginas. Além disso, ela pretende possuir uma linguagem passível de ser compreendida por um público amplo, uma vez que um de seus maiores consumidores e mediadores será a imprensa. Nesse artigo discuto a partir da *NT* intitulada “Evolução e perfil dos nomeados para cargos DAS na administração pública federal (1999-2014)” (LOPEZ, 2015b) e publicada em 28 de outubro de 2015. Ela é resultado da tradução de parte dos argumentos produzidos em um livro intitulado “Cargos de confiança no presidencialismo de coalização brasileiro”(LOPEZ, 2015a), publicado pouco antes.

A *diversidade* é um valor importante para os *TPPs*. A contratação de uma equipe de antropólogos para etnografar a instituição está relacionada justamente a uma preocupação de um grupo de *TPPs* a respeito da existência ou não de um *ethos ipeano*. Ou seja, em meio a diversas formas de ser um *TPP* eles se perguntaram se existia algo que os unia? Nesse artigo vou evidenciar uma das facetas desse valor. A oposição nativa que classifica, de um lado, *TPPs* que produzem trabalhos mais teóricos (acadêmicos), e de outros aqueles que se preocupam com trabalhos mais aplicados.

Na ocasião em que o Ipea comemorou 40 anos de sua fundação, em 2004, foi lançado um livro intitulado “Ipea 40 anos” (D’ARAÚJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005). Suas organizadoras realizaram uma série de entrevistas com “*ipeanos* ilustres”, de diferentes momentos da instituição. Uma das perguntas obrigatórias dizia respeito a uma comparação entre os braços do Rio de Janeiro e de Brasília. Apesar dos *TPPs* produzirem um conhecimento reconhecido como *policy oriented* os depoimentos consolidam a versão de que o braço fluminense realizava pesquisas mais teóricas, enquanto os da capital nacional fazia trabalhos mais aplicados. Há um consenso entre os *TPPs* de que essa oposição perdeu força a partir dos concursos realizados desde os anos 1990. Ouvi referências

21 Esse trabalho foi desenvolvido após pesquisa etnográfica realizada na instituição a partir do projeto “Ipea: uma etnografia institucional”. Por conta desse projeto frequentei o Ipea durante janeiro de 2014 e setembro de 2015.

que classificavam TPPs nesse espectro, mas não tinham necessariamente relação direta com o braço do Ipea a que pertenciam.

Entendo que ao contrário do que alguns *TPPs* afirmam um trabalho mais voltado para a *academia* (teórico) não necessariamente exclui uma atuação que produza trabalhos de intervenção. Meu esforço nesse trabalho justamente o de mostrar essa diferenciação relaciona-se mais a momentos diferentes do que dois perfis de *TPPs*. Ou seja, não dizem respeito a tipos uma vez que um mesmo *TPP* pode transitar entre os diferentes formatos.

As diferentes inserções da instituição em públicos alvos diversos é possível por conta das especificidades de suas linhas editoriais. Cada uma delas permite redes de diálogos específicas e a possibilidade de tradução de um tipo de publicação para outro é um elemento importante. Nesse caso, tanto a *NT* como o livro possuíam públicos específicos (sociedade e pares, respectivamente) e a transição entre diferentes linhas editoriais implica em mudanças significativas tanto na forma como na construção dos argumentos.

Senso de oportunidade

No dia 24 de agosto de 2015, em coletiva de imprensa, o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, anunciou cinco diretrizes que objetivavam a redução do déficit fiscal. Três delas me interessam nesse trabalho. São elas: 1) “redução do número de ministérios” (menos 10 ministérios); 2) “racionalização da máquina pública” (diminuições de secretarias ou fusões de instituições); 3) “redução dos cargos comissionados” (resultante das duas metas anteriores).

Esse anúncio de um dos membros do governo atribuiu novos significados ao livro: “Cargos de confiança no presidencialismo de coalização brasileiro”(LOPEZ, 2015a), publicado pelo Ipea pouco depois, no dia 14 de setembro de 2015, mas um projeto iniciado bem antes. As primeiras entrevistas que subsidiaram o trabalho ocorreram em fins de 2012. Entretanto, a proximidade dos dois eventos atribuiu novos significados à pesquisa, captados pelo autor da *NT* como um *senso de oportunidade*.

O contexto de crise política e o comunicado do governo inaugurava uma *oportunidade*, que cabia um determinado *senso*, por parte dos *ipeanos*, perceber. O intervalo entre o anúncio e a



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

implementação dessa mudança na organização ministerial, bem como a divulgação do livro nesse interregno, forneceram elementos para a organização de instrumentos de intervenção nesse debate. Nessa ocasião, o *senso de oportunidade* foi levantado pelo então Diretor Adjunto da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest), que propôs ao autor da *NT* que resumisse os argumentos do livro em uma *NT* e a publicasse.

Os *TPPs* se orgulham em dizer que o Ipea tem um elevado número de publicações. Entretanto, levando-se em conta a função da instituição descrita em sua missão (realizar pesquisas e assessorar o governo), é reconhecido ser difícil medir o impacto dessas publicações para seu cumprimento. Nesse sentido, linhas editoriais para consumo da imprensa também exercem o papel de enfatizar a relevância do Ipea. O instituto seria capaz de fomentar e/ou elaborar argumentos considerados como *técnicos*, produzidos sob métodos *científicos* e expostos de uma forma acessível ao público em geral.

O *senso de oportunidade*, portanto, pode ser representado na junção de: 1) um determinado tema desenvolvido e amadurecido dentre as linhas de pesquisa da *casa* e 2) um debate público polarizado. A partir da *NT* o *TPP*, ou o Ipea no entender de alguns *TPPs*, produziria argumentos para embasar o debate, o que na prática geralmente implica em uma tomada de posição em relação a um dos lados. Ou seja, a opção por determinado tema transformar-se também em uma *NT* possui elementos para além da pesquisa em si. Posicionamentos dos diretores e presidente do Ipea, alinhamentos com pessoas chave em instâncias externas, direção do debate e concordância ou não são alguns desses fatores.

Nesse caso, o pedido do Diretor Adjunto da Diest foi um disparador do processo, mas havia alguns outros elementos no contexto. No ano de 2011 um livro com um tema próximo também foi publicado pela Diest. Seu título era: “Burocracia e Ocupação no Setor Público Brasileiro”(Cardoso Jr, 2011). O *senso de oportunidade* sugerido pelo diretor adjunto da Diest não se materializou unicamente na solicitação ao autor da *NT* em resumir os argumentos de seu livro. Ele também solicitou a um segundo *TPP*, coautor do livro publicado pela Diest em 2011, que atualizasse os dados referentes a esse antigo trabalho e publicasse uma segunda *NT*.

Apesar dessa segunda *NT* não ter se materializado em um texto público, ela faz parte desse processo. O Diretor Adjunto da Diest expos os argumentos das duas *NTs* em um seminário



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

organizado pelo Ipea intitulado “Agenda Estratégica para o Brasil”. Sua apresentação foi intitulada: “Serviço público federal brasileiro no século XXI: ‘inchaço’ ou modernização e profissionalização?” (LASSANCE, 2015). Ele intervém no debate criticando a caracterização de inchaço do Estado brasileiro.

Curiosamente o anúncio efetivo da reforma administrativa ocorreu no dia 2 de outubro de 2015, o mesmo dia em que o Diretor adjunto da Diest apresentava os argumentos das *NTs* em um seminário comemorativo no Ipea. O título da postagem no site “Portal Brasil”(BRASIL, 2015) é sintomático para apontar os dois principais destaques da reforma: “Dilma anuncia ampla reforma administrativa: 8 ministérios e 3 mil cargos são cortados”. É significativo que o número de cargos comissionados tenha sido destacado na manchete. Além disso, ao contrário do anúncio da reforma, o corte dos ministérios e cargos comissionados foi realizado pela própria presidenta. O trecho do discurso destacado na notícia foi: “todas as nações que atingiram o desenvolvimento construíram Estados modernos. (...) Esses *Estados modernos eram ágeis, eficientes, baseados no profissionalismo, na meritocracia e extremamente adequados ao processo de desenvolvimento que cada país estava trilhando*. Nós também temos de ter esse objetivo”. (grifos meus).

A ênfase na diminuição do número de ministérios e dos cargos cortados inegavelmente possui relação com uma imagem de que estes seriam desnecessários. O discurso pressupõe que o tamanho encontrava-se acima do ponto ótimo. Em vista disso, após o corte da estrutura, o estado brasileiro tornara-se mais eficiente. É interessante notar que os dois discursos (emitidos pelo Ipea e pela presidência da república) possuem aspectos antagônicos. Ambos dialogam com a imagem que o Diretor Adjunto da Diest atribui ao “senso comum”. Entretanto, o primeiro busca deslegitimar e refutar sua existência na estrutura administrativa atual. O segundo, por sua vez, relaciona-se justamente a uma reforma que tem nessa interpretação do “senso comum” seu ponto de partida.

De um livro para uma *Nota Técnica*

Feita essa breve apresentação dos trâmites da NT publicadas relacionadas ao *senso de oportunidade* passo agora para livro que materializou a pesquisa original. Os livros são uma importante forma de materialização das pesquisas no Ipea. São um instrumento versátil, que podem atender a diferentes públicos e objetivos. Vou mostrar nesse tópico o modo como o livro que



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

organizou pode ser também compreendido como um artefato de construção e consolidação de relações com uma rede de pesquisadores e professores que se dedicam a esse mesmo tema. A apresentação, assinada pelo então presidente do Ipea Jessé de Souza, apresenta o contexto geral dessa publicação:

“De forma recorrente, o debate público traz à baila a discussão sobre politização da gestão pública e seus efeitos sobre a qualidade e a eficiência das políticas públicas, quase sempre em tom negativo. Mas este debate é atravessado pelo calor das disputas políticas e interesses partidários e corporativos não explicitados, que não contribui para dimensionar e avaliar de modo realista quais são as características e os padrões de articulação entre burocracia e política na alta gestão, as concessões da técnica à política e da política à técnica, e quando ambas caminham ou deveriam caminhar de mãos dadas. (...)

Encontrar o melhor arranjo entre a técnica e a política, entre qualificar a gestão ampliando, na burocracia o espaço dos quadros oriundos das carreiras na burocracia de livre nomeação, e ao mesmo tempo prevenir o risco de apropriação corporativa desses espaços por essas carreiras é um processo em curso no país. A combinação entre a alta rotatividade dos cargos, frágil sistema de avaliação, e permanente pressão por nomeações decorrentes do multipartidarismo impõe grande desafio: minimizar os riscos de alimentar a patronagem ineficiente sem engessar o espaço necessário das decisões de caráter eminentemente político no interior da alta gestão” (SOUZA, 2015, p. 7).

Estão presentes aqui o tom negativo da noção de “politização da gestão pública” e uma relação direta com baixa eficiência. As noções de técnica e política são acionadas para descrever esse universo e estão descritas aqui em relação, de forma a problematizar uma separação estanque em polos opostos. São conceitos analíticos inseridos em um contexto. Nele, a descrição do objeto analisado e uma proposta de intervenção no universo social estão entrelaçados. Há um desafio proposto: a combinação ótima entre uma politização (com a garantia de espaço para tomada de



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

decisões) e uma gestão eficiente (aquela que conjugaria melhores decisões, “o melhor arranjo entre técnica e política”, como o presidente explicitou).

É possível perceber nos cinco capítulos do livro a presença dessa forma de organização do problema enunciado pelo então presidente da instituição (Jessé Souza). Desse modo, enfatizo que há um alinhamento quanto aos pressupostos mais gerais dos autores e a visão sobre esse tema por parte do presidente do Ipea. Digo isso por dois motivos: 1) é legítima para os *ipeanos* a ausência dessa relação de alinhamento na ocasião da publicação de livros com o selo do Ipea; 2) o fato de existir o alinhamento, nesse caso, é fundamental para a efetivação do convite de transformação de parte de seu conteúdo em uma *Nota Técnica*.

O convite feito pelo Diretor Adjunto da Diest para a confecção de uma *NT* indica uma afinidade tanto no reconhecimento da relevância do tema como em sua abordagem. Ao mesmo tempo, também esclarece os públicos diferenciados que cada instrumento objetiva atingir. A questão passa agora a ser: Para quem se fala? Quem são os interlocutores desses instrumentos?

O livro possui um total de nove autores, sendo apenas um deles *TPP*. Somente pela informação disponibilizada nas apresentações não foi possível saber se algum deles foi *ipeano* por algum período. Dentre as várias formas de pertencimento à instituição, *bolsistas* e *consultores* são algumas delas. Se algum desses autores possuiu alguma dessas categorias temporárias em algum momento, não julgaram conveniente explicitar. Foi explicitada somente a identidade com sua instituição de origem.

Essa configuração explicita uma determinada rede de diálogo e uma aproximação do universo de discussão classificado como “acadêmico”. A grande maioria dos integrantes são professores universitários. O organizador, um *TPP*, assina a introdução e três artigos do livro, sendo esses em coautoria. Além da introdução, há apenas um capítulo escrito sem coautores. Dessa forma, há um trabalho coletivo que perpassa a obra.

A rede acadêmica é um indício para o reconhecimento a quem o livro se destina. Outro indício pode ser reconhecido pela forma de construção da argumentação e dos pressupostos metodológicos. Quando se define os pares em uma discussão, isso implica dar por entendido um determinado conjunto de saberes. No caso do livro, os autores consideraram como desnecessária a explicação de alguns conceitos e instrumentos metodológicos.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

A forma de construção do argumento é uma primeira forma de percepção do diálogo entre os pares. Vou tomar como exemplo o capítulo 1, escrito em coautoria com dois economistas. Há um cuidado dos autores em apresentar algumas equações possíveis para uma interpretação da “rotatividade” dos cargos. Os modelos são comparados e um deles é escolhido como mais adequado ao caso. Isso deixa claro ao leitor como o conceito será utilizado.

Um pouco mais à frente no texto são apresentadas dez hipóteses, algumas auto excludentes. Elas são testadas segundo o modelo econométrico proposto. São trazidas variáveis dependentes (rotatividade) e explicativas (mudança ministerial, ideologia, efeito do mandato presidencial, controles básicos dos ministérios, ciclo eleitoral.). Cada um dos termos é destrinchado.

Posteriormente, a taxa média de rotatividade é calculada de algumas formas diferentes a partir da inclusão ou não de algumas das variáveis explicativas. Como resultado, os autores constroem quatro modelos, os quais são testados. Separei um trecho em que os autores iniciam a discussão da análise dos modelos:

“Uma forma natural de se estimarem os efeitos das diferentes variáveis explicativas sobre a rotatividade de DAS é agrupar todos os dados em uma regressão OLS, método chamado de mínimos quadrados empilhados ou *pooled ordinary least squares* (POLS). No entanto, estimadores POLS desconsideram a estrutura em painel dos dados, o que pressupõe que as observações não sejam serialmente correlacionadas por indivíduo, o que por sua vez leva a erros homocedásticos entre indivíduos e períodos (Johnston e DiNardo, 1997) (...) Para determinar se a regressão no formato POLS se adequa aos dados presentes, foram aplicados dois testes para cada um dos modelos 1 a 4. O primeiro, o teste *F* de Chow, é usado para testar se uma regressão em formato de painel com efeitos fixos seria ou não mais adequada que o mais simples método dos mínimos quadrados empilhados (POLS). Os resultados, apresentados na tabela 2 do apêndice, indicam que sob as quatro especificações, 1 a 4, o método de efeitos fixos é mais adequado que POLS. Para todos os testes, o -valor ficou abaixo ou igual a 0,0005”. ([grifos meus] LOPEZ; BUGARIN; BUGARIN, 2015, p. 56–57).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Iniciar com “uma forma natural” é um indício claro de que os pares compreendem o que está sendo proposto. Nesse pequeno trecho descubro uma série de termos, conceitos e métodos que clarificam o quanto sou leigo nesse assunto, de forma que não sei também qual o significado do “valor (ficar) abaixo ou ser igual a 0,0005”. Está claro para mim que é necessário ser iniciado para compreender plenamente os argumentos expostos. É necessária uma socialização anterior para a emissão de outras possíveis interpretações dos dados aqui expostos ou questionamentos acerca dos pressupostos de método utilizados.

A *NT* tem um objetivo diferente: fazer uma intervenção em um debate público. Não é um texto dirigido aos pares. Isso implica uma forma de escrita que se pressupõe compreensível para um número maior de interessados. Essa característica está explícita em uma frase do autor da *NT*: “(...) dizer *nomeação política*, já atribui uma carga de valor. Por isso eu prefiro o termo *burocracia de nomeação discricionária*. Embora não use muito nessas *NT* porque ninguém vai entender o que é”. (entrevista, autor da *NT*). Ou seja, os termos escolhidos para a descrição das práticas são utilizados em diálogo com as apropriações possíveis. Entretanto, no momento de tradução desses conceitos do livro para a *NT* há um limite que o autor traça entre o que considera inteligível ou não para o público que deseja atingir.

Ainda assim, permanece a questão. Para quem esse instrumento fala? Uma vez que algum nível de “não ditos”, de termos que não precisam ser explicados, também estarão presentes na *NT*. A ideia inicial que lhe fora proposta era de fazer um “resumo” da argumentação do livro, mas a tradução de um instrumento a outro deu outras ênfases ao produto final. “A *NT* passou a ser uma coisa diferente do livro. O que antes era um projeto de sintetizar os argumentos do livro, mostrar o efeito da rotatividade... No livro, qual é a discussão? A discussão é sobre rotatividade dos cargos. A *NT* é sobre profissionalismo do perfil dos servidores. A *NT* foi ganhando um caráter diferente”.

No livro o objeto principal de debate com os pares girara em torno da “rotatividade” daqueles que ocupam os cargos de confiança. Nesse debate discute-se, por exemplo, se a taxa de mudança das pessoas que ocupam cargos comissionados (de nomeação discricionária) é considerada elevada ou não e possíveis implicações. Na *NT* o debate fora a respeito de “profissionalização”. A leitura e análise dos dados exposta indica que houve uma “profissionalização” do serviço público



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

brasileiro, por parte do governo federal. O pressuposto dos autores é de que o fato de mais servidores públicos ocuparem esses cargos indica um maior grau de profissionalização.

Como pôde ser visto nesse tópico, a tradução de um texto voltado a uma rede de especialistas para outro direcionado a um público não especializado é possível e contemplado nas linhas editoriais do Ipea. Nesse caso o processo de modificações foi além da forma. Na visão do autor, um resumo do livro seria inadequado, uma vez que o público alvo da *NT*, não especialista, enxerga o problema por uma ótica que prioriza outros incômodos.

É interessante notar ainda que esse esforço de tradução de um instrumento a outro, modificando linguagens e conteúdo, não é uma novidade na instituição. Os *relatórios* confeccionados no passado são outro exemplo dessa transformação criativa que pressupõe um autor fluente nesses dois universos. Tanto os *relatórios* como as *NTs* ocupam um lugar de produção de conhecimento em nome de interesses reconhecidos como públicos e que, além disso, não se direcionam a um universo de especialistas. Em contextos diferentes ambos objetivam chegar aos gestores públicos, mas os caminhos para isso, em termos ideais, não são iguais.

O processo de trabalho baseado em *relatórios* que circulam “internamente” entre diferentes setores do estado pressupõe o reconhecimento de que os atores participantes compreendam-se como membros do estado. Os *relatórios*, portanto, evidenciam uma relação do Ipea com outras instituições de forma necessariamente direta. E mais do que isso, seu pressuposto é de que ao atravessar as paredes da instituição eles continuam a existir como documentos a circular dentro de um espaço considerado como estatal. As informações *técnicas* do(s) especialista(s) foram traduzidas em palavras compreensíveis que, depois de consumidas, capacitarão o gestor público a tomar melhores decisões.

A diminuição das demandas por *relatórios* pode ser interpretada como um dos sinais de afastamento da instituição do círculo decisório e uma aproximação com o tipo de trabalho desempenhado nas universidades²², se essa for compreendida como um espaço que privilegia o debate

22 Os relatórios são um exemplo desse tipo de relação que desejo realçar, que está em acordo com as versões dos TPPs acerca das mudanças pelas quais a instituição atravessou, principalmente, desde a década de 1980. Eles podem ter



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

entre especialistas. Por outro lado, a *NT*, bem como os boletins publicados pelas diferentes diretorias, são linhas editoriais que as diferenciam.

As *NTs* são dirigidas à *sociedade* e os gestores públicos podem ser implicados tanto como gestores, quanto como membros da *sociedade*. Ou seja, dependendo das redes pessoais (*personograma*) e institucionais que os *TPPs* acessem ou não no processo de divulgação de uma *NT*, seus argumentos podem chegar aos gestores públicos de uma forma direta (por relações prévias estabelecidas) ou mediada (em que a imprensa é um ator importante). Qualquer que seja o caso, a *NT* não terá falado apenas para os gestores, a *sociedade* foi necessariamente incluída. Assim sendo, ao atravessar as paredes do Ipea, a *NT* circula como um documento elaborado por uma instituição que produz conhecimento de interesse público e que, exatamente por esse motivo, essas publicações devem atingir o maior espectro de pessoas possível.

Além disso, essa relação indireta entre produções do Ipea e o governo central pressupõe a existência de um debate em um contexto democrático. Como exposto anteriormente, a confluência de um tema relevante em discussão na *sociedade* e uma pesquisa já realizada na instituição proporciona uma conjunção que pode ser percebida como uma oportunidade que cabe aos *ipeanos* sentirem para que um texto de intervenção seja produzido.

A expectativa é influenciar o debate, mas é crucial enfatizar que a meta é descrita dessa forma por ter como referência um modelo de tomada de decisões que foge ao padrão tecnocrático. O pressuposto é o de que as melhores decisões serão as resultantes dos debates públicos e não mais aquelas escolhidas por um conjunto de especialistas em diálogo direto com outros membros do *Estado*. Assim, a *sociedade* é munida de melhores informações sobre os caminhos possíveis para os rumos do país por trabalhos com o selo do Ipea. Nesse sentido, argumentos técnicos seriam um dos elementos de pressão da ação política e governamental em uma direção ou outra. Feitas essas ponderações, passo agora para a interface dessa *NT* com a imprensa.

sido substituídos por outros instrumentos, mas seria necessário uma análise mais aprofundada de textos correlatos para compreender a amplitude das modificações introduzidas desses outros potenciais documentos.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Relação de uma NT com parte da imprensa

O objetivo da *NT* é apresentar argumentos que serão debatidos na *sociedade* que têm a *imprensa* como um de seus representantes²³. Debati isso com o autor da *NT* quando apresentei a ele um esboço inicial do que seria o capítulo da tese que essa discussão faria parte. Fiz algumas considerações breves sobre o que me parecia uma visão “reificada” da “imprensa” que eu percebia na ótica dos *TPPs*. Isso foi objeto de discussão entre nós, momento em que ele apresentou suas considerações.

Esse foi um diálogo muito produtivo e, mais uma vez, relacionado à especificidade de ter como objeto de pesquisa interlocutores fluentes em metodologia científica. Nesse caso, um compartilhar também de categorias sociológicas. Utilizo a noção de “reificado” para indicar uma contextualização da imprensa como algo externo ao Ipea, que ganha um determinado corpo e possui o pressuposto de agência.

O *TPP* concordou com minha leitura e especificou o sentido atribuído à imprensa em sua fala. Falou de alguns temas que aparecem na *grande mídia* praticamente sem alteração de posicionamentos, especialmente de como a acusação de *aparelhamento* surgia na mídia. O autor da *Nota* falava, portanto, sobre o modo como realizava o diálogo com esse interlocutor. Ele dirigia-se a esse discurso, com tons aparentemente homogêneos, emitidos pelos grandes meios de comunicação. O tema da *NT* e a forma como foi escrito estavam diretamente relacionados a isso.

Ao descrever seu terceiro argumento na *NT*, há a explicitação de que um determinado ponto é incluído a partir de uma discussão direta com o “debate público”:

“(…) sustento que o *debate público* atual se concentra de modo desproporcional sobre a questão da politização da gestão e eventual ‘aparelhamento’ estatal – sem amparo empírico suficiente –, e essa preocupação está ofuscando outros

23 Sociedade aqui compreendida como uma categoria nativa descrita na finalidade da instituição, como exposto do Ipea promulgado em 2010. “(...) oferecer à sociedade elementos para o conhecimento e solução de problemas e dos desafios do desenvolvimento brasileiro” (artigo 2º).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

aspectos centrais de debate visando qualificar a alta gestão pública e torná-la mais eficiente: a necessidade de se implantar e desenvolver sistemas de avaliação do desempenho mais apropriados à seleção de nomes para as posições de confiança”.

([grifos meus] idem 2015b, p. 1–2).

Existem alguns argumentos que o autor da *NT*, como pesquisador que estuda um determinado objeto empírico, considera como importantes e centrais na sua argumentação. Entretanto, as ênfases encontradas no debate público podem não ser coincidentes com suas opções de análise. Dessa forma, ao escrever a *NT*, ele se sente obrigado a desenvolver algumas linhas de argumentação que não receberam uma grande atenção na ocasião da publicação do livro. Em função da mudança do receptor da mensagem, uma determinada noção de imprensa, os argumentos do livro e da *NT* se diferenciam.

A mudança do tema “rotatividade”, de interesse acadêmico, para “profissionalização”, de interesse do debate público, está relacionado a isso. Os argumentos principais da *NT* centraram-se em apontar o aumento do número de funcionários de carreira que ocupam os cargos de DAS. Entretanto, é interessante notar que ao final da *NT*, após realizar as argumentações que considerava pertinente, o autor escreveu um anexo intitulado: “Ocupantes de cargos de DAS e filiação aos partidos políticos”.

Essa é uma discussão que não está colocada, nesses termos no livro. E nesse caso não apenas uma questão de ênfase como “rotatividade” ou “profissionalização”, a discussão está ausente. Esse foi um trecho escrito especificamente para o diálogo com a imprensa, por ser um debate que acontece nesses termos na imprensa. O autor contrapõe com *dados* uma discussão que o *senso comum* divulgaria sem *pesquisas empíricas*. A suposta ideia a ser combatida é a de que os DAS são ocupados por *apadrinhados políticos*, por pessoas sem capacidade *técnica*.

O autor enfatizou na apresentação da *NT* que não considera esse um dado interessante para avaliar o grau de *politização* do serviço público, mas que realiza essa discussão por ela acontecer nesses termos no debate público, nas apropriações realizadas pela imprensa. No anexo ele tem o cuidado de apresentar quatro justificativas para expor esse seu ponto. Ele faz isso antes de mostrar uma pequena tabela com os dados referentes à porcentagem de filiados a partidos por nível de DASs. Ou seja, ele julgou necessário enfatizar e destrinchar os motivos que desqualificavam esse tipo de



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

correlação. Isso ocupou um espaço maior no texto do que a apresentação e análise dos dados e foi um elemento a mais de reforço do discurso cauteloso ao apresentar os dados:

“As razões elencadas acima sugerem cautela ao se associarem argumentos relativos ao ‘aparelhamento’ e ‘politização da gestão’ da burocracia estatal – em particular quando se utiliza o termo com acepção negativa – às distribuições desiguais nas taxas de filiação. Com essa cautela, a tabela 4 apresenta dados sobre a proporção de filiados a partidos políticos, por nível do cargo DAS”. (idem 2015b, p. 18).

E ele finaliza a interpretação desses dados da seguinte forma:

“O crescimento do percentual de filiados acompanha quase monotonicamente o crescimento da hierarquia do cargo, sugerindo maior controle partidário nos cargos de mais alto poder. Entretanto, vale ressaltar que mesmo no nível seis, 2/3 dos nomeados não têm filiação. Alguns aspectos importantes merecem ser ressaltados. 13% dos nomeados têm filiação partidária. O número não é expressivo, se considerarmos a contumácia dos argumentos sobre aparelhamento da administração federal (na hipótese de considerarmos a filiação uma boa proxy para discutir aparelhamento, o que não é nosso caso), embora se deva olhar com detalhe para o alto escalão (4, 5 e 6)”. (idem: 19)

De acordo com o autor, a realização dessas ponderações relaciona-se a determinadas antecipações em relação à “imprensa”. Elas relacionam-se diretamente ao que discutimos a respeito da reificação da imprensa por parte dos *TPPs*. Nesse caso, ele apontou um discurso sobre esse tema mais ou menos homogêneo que é estampado na “grande imprensa”. Foi em diálogo com esse discurso que esse trecho da *NT* foi escrito. Entretanto, o autor reconhece não ter sido suficiente. Apesar das ponderações que realizara, alguns veículos de informação publicaram manchetes em um tom diferente daquele apontado pela *NT*. Ele me citou dois exemplos:



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

“A notícia do G1 era assim... eu martelei a coisa da profissionalização, dizendo: ‘hoje, 70% dos cargos de alta direção são ocupados por servidores das carreiras e 30% são nomeados do setor privado’. Você comparando com o passado houve uma ampliação massiva da... Se usa essa métrica profissionalização ou não profissionalização 30% ainda não. A notícia do g1 é: ‘30% dos cargos de livre nomeação são ocupados por não concursados’. Era óbvio que tinha... ela quer produzir uma leitura específica. Ela não quer dizer que aumentou a profissionalização. Quer dizer que existe uma parte, supostamente significativa, de não profissionalizados. O outro... A Folha de São Paulo. Por isso que eu digo que quando você fala mídia... A notícia da Folha de São Paulo de manchete foi: ‘Presidência da República é órgão com menor quantidade de profissionalizados’. E no texto está explicitamente dito: ‘a presidência da república não pode ser analisada porque ela é uma comunhão de órgãos diferentes. Tem secretaria de mulheres, secretaria de igualdade racial, não tem uma carreira própria, então é um saco de gatos. Não adianta analisar a presidência como um ministério estruturado. Então vamos deixar a presidência de lado por esse motivo’. Embora tenha isso aqui. Isso é como se você falasse para o jornalista. ‘Olha, a presidência é um órgão que tem uma coisa especial e pode botar’. É óbvio que está vendo nítido... Não é má fé. Você tem um objetivo político ali, que é atacar a presidência da república, o governo. É isso que estou dizendo que ter claro. Por isso eu enfatizava tanto na *NT* que o que eu achava que ia comprar essa intuição difundida pela imprensa, mas às vezes não é tão efetivo. Não adianta. Para esses órgãos de comunicação, o que você falar é estéril. O que importa é a construção que eles querem dar”²⁴. (entrevista com o autor da *NT*, 04.11.2015).

24 A matéria “30% dos cargos de confiança federais são de servidores não concursados”, foi publicada em 28/10/2015. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/30-dos-cargos-de-confianca-federais-sao-servidores-nao-concursados.html> (acesso em 10/01/2017). (G1, 2015) A manchete atribuída à Folha de São Paulo pelo autor da *NT* foi publicada no portal de notícias UOL também em 28/10/2015, vinculado ao jornal paulista. “Presidência tem maior número de cargos comissionados sem vínculo, diz Ipea”. <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/10/28/presidencia-tem-maior-numero-de-comissionados-nao-funcionarios-diz-ipea.htm> (acesso em 11/01/2017). (UOL, 2015)



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Nesse ponto, noções de *boa* e *má fé* são citadas. Mas, além disso, ele também enfatiza que muitos jornalistas (ou as instituições para as quais trabalham) já possuem uma determinada visão anterior sobre um tema, como *aparelhamento*. Assim sendo, se uma pesquisa aponta uma perspectiva contrária a ela, muitas vezes não é veiculada como notícia. Sua percepção de uma *boa fé* do trabalho jornalístico tem relação direta com o quanto a matéria seguiu as orientações gerais da pesquisa publicada. A *má fé* relaciona-se, ao contrário, ao seu distanciamento. São diferenças que podem ser sutis na prática, mas o exemplo de ênfase em 30% ou 70% é sintomático.

Como Bourdieu (1997) aponta ao descrever o campo jornalístico, seus profissionais são treinados a escrever notícias que fogem às formulações cotidianas. Essa prática pode ser um elemento relativizador das noções de *boa* e *má fé*. A ênfase em 30% ou 70% também poderia ser lida como a escolha de uma manchete com tendências mais excepcionais. Correspondem a formas de organização do pensamento e percepção de mundo daqueles que integram esse universo. Esse seria um motivo a mais para que o Ipea tenha funcionários lotados na área meio com a função de realizar traduções e mediações entre o que os *TPPs* escrevem e publicam.

Entretanto, é interessante notar que mesmo com uma série de críticas quanto a apropriações indevidas por parte dos órgãos de imprensa, eles permanecem como um interlocutor válido. Em primeiro lugar, a *imprensa* é reconhecida no Ipea como o mediador legítimo dos consumidores de notícias, que também podem ser nomeados por *TPPs* como a *sociedade*. Em uma situação de entrevista, quando conversávamos sobre o tema, um *TPP* nomeou a imprensa como um órgão mais “neutro” na divulgação de certas notícias, quando comparado ao governo.

A gestão do ex-presidente Marcio Pochmann (2007 a 2012) é considerada um ponto de inflexão na relação da instituição com a *imprensa*. Muitos *TPPs* o acusaram de ter divulgado pesquisas prematuramente, o que comprometeria a imagem da instituição. Apesar dessa crítica, a atuação dos *TPPs* em diálogo com a imprensa continua relevante no Ipea. Alguns possuem seus próprios contatos e rede de relações com jornalistas.

O autor da *NT* diz que esse não é o seu caso. Em função dessa *NT* e de pesquisas anteriormente divulgadas ele concedeu diversas entrevistas, mas faz uma ressalva sobre sua relação pessoal com o resultado das mesmas. Ele afirma que após concedê-las não verifica a reportagem



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

resultante, ou mesmo se a matéria foi publicada ou não. Entende que conversar com jornalistas é uma obrigação sua como servidor público, mas como considera que a matéria final pode, em sua visão, não corresponder totalmente ao que disse, prefere não acompanhar todos os desdobramentos.

Essa postura aponta para o reconhecimento do campo jornalístico como relativamente autônomo, mas ainda assim pode-se manter a pergunta. Por que continuar interagindo com jornalistas se alguns *TPPs* consideram que suas pesquisas podem ser “deturpadas” no processo de simplificação e feitura da matéria jornalística? Apesar das simplificações, essa divulgação também é compreendida como uma forma importante de diálogo com a sociedade.

Quando discutíamos os possíveis rumos de meu capítulo apresentei a ele uma dúvida em relação ao possível título do capítulo. Perguntei se a discussão em torno da publicação da *NT* seria mais bem representada como: “pesquisa e aplicação a um debate” ou “pesquisa e aplicação e um debate”. A utilização da preposição “a” ou da conjunção “e” implica uma relação mais ou menos direta em referência ao debate público. Ou seja, a *NT* poderia ter uma lógica mais próxima a um resumo do livro com a conjunção “e” ou de uma intervenção direta com a preposição. Sua resposta resume essa função do instrumento, mas, além disso, também explicita um tipo de atuação pública pretendida pelo Ipea.

“(…) agora que estão falando em reforma é um ótimo tema. Mas não só porque permite você intervir, e aí eu acho que nesse caso era a ‘aplicação a um debate’. Não é ‘e um debate’. Nesse caso era assim: o debate está em curso, a gente quer intervir e mostrar que tem argumentos distorcidos. Mas junta-se a isso, é muito importante o senso de oportunidade. Mais do que você poder intervir em um debate, é o fato de mostrar também para os órgãos de administração que o Ipea tem coisas relevantes. Está fazendo coisas relevantes e não deveria ser extinto (risos). Isso é uma coisa importante também. Porque você quer mostrar sua relevância também. Ao contrário, sei lá... eu imagino... de órgãos como IBGE, que não precisa... Ninguém fala: ‘vamos extinguir o IBGE’. O Ipea tem sempre uma discussão, que você viu nessa etnografia. Agora o ministério do planejamento está discutindo se vai enxugar o Ipea, se vai fatiar o Ipea, se vai manter o Ipea assim ou assado”. (entrevista com o autor da *NT*).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Novamente o *senso de oportunidade* surge como categoria central de pressuposto para a intervenção. Os pressupostos dessa fala são o de os *TPPs* só ingressarem em um debate público após a realização de pesquisas anteriores que seguem métodos científicos rigorosos, e que a intervenção é importante e necessária quando os resultados da investigação apontam para *argumentos distorcidos* no debate público, no “senso comum”. Ou seja, as pesquisas levadas a cabo no Ipea podem produzir discursos *científicos* e/ou *técnicos*, que eventualmente poderão ser apropriados na discussão pública. Quando divulgadas no formato *NT*, há a possibilidade de ingressarem como um argumento na conjunção de forças e discursos em disputa na esfera pública. Os atores envolvidos podem ou não acessá-lo.

O IBGE foi uma instituição escolhida para comparação. Diferentemente do Ipea, ele possui uma *missão* claramente definida e considerada relevante. Pode-se discutir se o IBGE cumpre ou não a missão que lhe foi atribuída, mas não há questionamentos públicos sobre ela. Além de possuir uma dupla *missão* ampla, de acordo com os *TPPs*, o Ipea ainda não tem instrumentos de medição interna do maior ou menor cumprimento de sua missão de *assessoria*. Algumas avaliações são realizadas caso a caso. A título de exemplo, a publicação do “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”²⁵, implementado oficialmente em janeiro de 2016 pela Presidência da República, é um dos casos bem sucedidos da atuação do Ipea no papel de *assessor* do governo. Alguns *TPPs* participaram de forma ativa de várias de suas etapas. Do momento inicial até a materialização como um marco instituído, transcorreram alguns anos de pesquisas, publicações, discussões e reuniões com diferentes atores envolvidos.

Entretanto, só é possível classificar esse caso como “sucesso” ao olhá-lo do presente para o passado. No momento em que *ipeanos* realizavam as primeiras observações nas conferências nacionais, liam as atas produzidas, testavam correlações, avaliavam medidas efetivamente implementadas e escreviam textos em que não era possível supor seus futuros desdobramentos práticos; não era possível estabelecer que aquele trabalho inicial subsidiaria aquelas discussões

25 Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/iniciativas/mrosc/publicacoes/cartilha-mrosc-2014.pdf> (acesso em 10/01/2017). (BRASIL, 2014).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

específicas, possibilitaria outras pesquisas e seria um dos elementos presentes na construção de uma rede de relações que atravessaria o Ipea e a Secretaria Geral de Presidência da República. Era possível, ainda, que essa relação não fosse constituída.

Ou seja, apropriações de pesquisas desenvolvidas pelo Ipea por setores do estado acontecem de forma fragmentária, relativamente lenta ou mesmo incerta. O setor do estado responsável pelo objeto da pesquisa pode ou não utilizar-se dos argumentos produzidos. Esse contexto permite o aumento da legitimidade de diálogos constituídos para fora do que *TPPs* enxergam como os limites do estado. As pesquisas aplicadas também falam para a *sociedade*, não têm no estado o único interlocutor possível.

Nesse sentido, quando pesquisas realizadas no Ipea são veiculadas pela imprensa o objetivo de que suas análises e conclusões transpassem as paredes da instituição é cumprido. Boa parte da relação entre *TPPs* e integrantes de outros órgãos da administração pública pode ser compreendida no par: *pesquisa* e *assessoria*. A relação descrita por alguns *TPPs* entre Ipea e sociedade talvez possa ser definida como *pesquisa* e *comunicados*. Esse par é mediado pela imprensa e é significativo que na última década alguns diretores sejam *TPPs* reconhecidos pelos demais como bem sucedidos no diálogo com esse setor. Alguns são descritos como pessoas com “bons contatos na imprensa”.

Se por um lado houve uma política do Ipea recente em aumentar a interlocução com a imprensa, outros veículos de informação também passaram a buscar nas pesquisas realizadas fonte para pautar matérias jornalísticas. Isso é possível de ser percebido a partir dos *embargos* solicitados em relação à *NT* discutida nesse artigo. Assim o autor me explicou o significado da expressão:

“Tem uma coisa que descobri agora chamado embargo. Você sabe o que é um embargo? Os jornalistas... O Ipea diz: ‘vai sair uma *NT* sobre nomeações para cargos DAS’. Tem um monte de jornalistas interessados. Eles falam: ‘quero o texto, me manda o texto para eu produzir as matérias e tal, tal, tal’. E você dá sob condição de embargo. Você dá, mas ele só pode ser tornar público no dia da divulgação normal. Quando essa *NT* foi lançada parece que tinham 40 embargos. Ou seja, 40 diferentes órgãos de comunicação já tinham o texto e estavam segurando. Iam divulgar no dia na *NT*, que é



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

uma forma de mensurar a atração de um tema pela imprensa”. (entrevista com o autor da *NT*)

O *embargo* é uma forma de os órgãos de imprensa acessarem a *NT* de forma a terem tempo de preparar uma matéria concomitantemente ao seu lançamento, à sua divulgação pública. A própria existência dessa prática já demonstra um contato prévio entre o Ipea e diferentes mídias. Além dessa *NT* versar sobre um tema que mobilizou o debate público na grande imprensa, os eventos anteriores, como a apresentação do Diretor Adjunto da Diest, funcionaram como um elemento a mais em sua divulgação.

Dessa forma, a linha editorial *NT* pode ser compreendida como uma ação do Ipea visando a publicização de suas pesquisas em consonância com o ideal de *pesquisa aplicada*. Faz parte dos direcionamentos priorizados especialmente nos últimos 10 anos. É também uma forma de enfatizar a relevância da instituição diante de uma missão demasiadamente ampla.

Como afirmei anteriormente, a temporalidade das apropriações das pesquisas do Ipea é incerta e ainda não é possível medir o impacto dessa *NT* sobre a profissionalização do serviço público para além de seu interesse por parte dos órgãos de comunicação. Por conta disso, finalizo com outro caso considerado bem-sucedido. Diferentemente da anterior eu não tenho elementos para tratar de seu processo de construção, entretanto o momento de sua apropriação pública pode ser demarcado. Essa segunda *NT* sintetiza a inter-relação entre pesquisa, debate público e a possibilidade dos argumentos produzidos nela influenciarem não só um debate, mas também a tomada de decisões sobre o tema que ela trata.

“(...) por exemplo, desarmamento. O [nome de um TPP que trabalha com o tema] obviamente está há anos... tem uma série de dados recentes produzidos sobre os efeitos do desarmamento sobre violência e criminalidade. Está se debatendo mudanças no Estatuto do Desarmamento é obvio que vão falar. Que vai sair uma *NT*. Porque *NT* serve a esse... digamos, é uma espécie de... é uma posição, para usar a sua terminologia, técnica e cientificamente embasada que o Ipea tem já acumulado durante um tempo. E



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

porque tem essa entrada no debate público pelos meios de comunicação, eu tenho a impressão de que *NT* é percebida como um canal direto de apresentar uma posição que é crível, por diferentes atores do debate público. Então se você tem um debate sobre desarmamento e quer relaxar as regras para você portar armas, quando o Ipea diz: ‘essa decisão vai aumentar a criminalidade no Brasil’, isso soa como uma coisa estrondosa no campo do debate e as pessoas passam a se valer dessa nota para fazer valer as suas posições. É óbvio que tem posições. Tem uma posição marcada na *NT*. Qual é a posição quanto ao porte de armas? ‘Você não deve facilitar porte de arma’. Tem gente que acha que tem. Dos congressistas, tem um monte que querem fazer. O especialista no Ipea diz que não. E por que? Aí tem uma coisa que é consensual. Não basta o técnico ter essa pesquisa. Precisa ter... você sobe nos níveis da hierarquia. Eles vão falar: ‘É oportuna. É importante a gente trazer à baila essa discussão’’. (entrevista com o autor da *NT*).

Destaco aqui o lugar de mediador exercido pela imprensa entre os argumentos *técnicos* produzidos pelos pesquisadores do Ipea e os potenciais atores que tomarão posição no referido campo de disputas. Nesse caso, a expectativa é de que uma posição considerada como técnico-científica, e contrária a facilitar o porte de arma, insira-se no debate. Ao publicizar a pesquisa, os meios de comunicação de massa mediam o contato entre potenciais atores políticos que poderiam valer-se deles para contrapor outros atores políticos que desejam facilitar o acesso. Nesse caso, o debate chegou ao congresso e o pesquisador do Ipea foi um dos especialistas chamados a discutir o tema na comissão parlamentar que avaliava o assunto.

Uma determinada posição sobre o tema “facilitar ou não o porte de armas”, defendida em um instrumento institucional (*NT*), resultado de anos de pesquisas anteriores e com dados atualizados, esteve presente no debate que deliberou sobre o assunto no Congresso Nacional. Ou seja, um especialista no tema, um Técnico de Planejamento e Pesquisa, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, autarquia então vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos apresentou dados técnico-científicos que qualificaram a discussão, que introduzem um elemento de pressão sobre a tomada de decisão. Portanto, através de um *TPP*, a relevância e importância do Ipea foi reafirmada nesse evento público.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Considerações finais

No Ipea existem algumas versões legítimas sobre o tipo de trabalho que os *TPPs* desenvolvem e qual deveria ser o Ipea ideal. É interessante notar que essas versões, mesmo que sob determinado ponto de vista sejam contrastantes, convivem e cada uma pode ser acionada em diferentes contextos. Esse *TPP* repete aqui um modelo de separação ideal, em termos opostos do que seriam dois polos de atuação na instituição. Pessoas que se enxergariam em um deles defenderiam suas opções de práticas institucionais. Em alguma medida esse é o modelo que descreve as atuações de *TPPs* no Rio de Janeiro e em Brasília no passado do Ipea. Nesse arquétipo as preocupações estão colocadas de modo que cada um desses perfis de atuação é realizado por pessoas diferentes. Entretanto, logo depois de apresentar essa diferenciação, esse *TPP* lembra outro discurso que constrói um determinado tipo de *TPP* ideal. Nele, o pesquisador *ipeano* congregaria essas duas facetas em um mesmo corpo. Depois de apresentar esse segundo modelo, esse *TPP* inicia uma reflexão em seus próprios termos:

“*TPP*: coloco de forma contrastada. Eu acho que existe. Mas existem pessoas aqui dentro que defendem que o contraste não existe. Existem os dois altamente misturados na prática. E que as duas coisas só podem ser bem feitas se misturados. Embora eu acredite que viva um dilema entre esses dois pontos, eu não acho que se misturam muito bem.

Bruner: mas você não acha que se misturam na sua prática?

TPP: mistura se você olhar para trás em longos períodos. Mas hoje não. Hoje é competição por tempo e recursos escassos. Ou estou escrevendo artigo para ser publicado em periódico. Ou um relatório que vai ser lido por burocratas. São coisas muito diferentes. Coisas que exigem estratégias, linguagens.. imaginações.. diferentes”. (Entrevista, *TPP*).

Essa é uma análise que trata da execução de dois perfis ideais de *ipeanos* passível de ser vivenciado em momentos temporais diferenciados. No entendimento desse *TPP*, em um primeiro momento o trabalho de um *ipeano* seria o de compreender determinado fenômeno, e isso



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

frequentemente seria realizado em um formato acadêmico e em diálogo com pessoas desse universo, ou com um inegável *ethos acadêmico* consolidado.

Como mostrei no caso da *NT*, diálogos com o universo *acadêmico* são ainda importantes, mas dele podem ser produzidas publicações voltadas a um universo de não especialistas. Nesse sentido, a vocação aplicada do Ipea seria exercida em meio a processos de tradução de um tipo de linguagem para outra. Nessas transformações, não apenas a linguagem e a forma são modificadas, mas também diferentes públicos atribuem pesos desiguais a um mesmo objeto. Desse modo, um livro construído sobre a “rotatividade dos cargos de confiança” transformou-se em uma *NT* sobre a “profissionalização” da burocracia brasileira. Esse trabalho criativo de tradução foi resultado de trabalhos em temporalidades diferentes. O *TPP* que o produziu o reconheceu como fruto de esforços intelectuais de tipos distintos e subsequentes. O ideal do Ipea de produção de conhecimentos para a intervenção foi atingido com sucesso, se a meta for sua publicidade e o alto grau de inteligibilidade (suposta) para seu público-alvo (os gestores públicos).

Nesse sentido, trabalhos considerados teóricos não são um problema em si e questionamentos podem aumentar ou diminuir de acordo com as transformações posteriores desse trabalho original. Um *TD*, portanto, pode ser, por exemplo, um momento anterior de uma *NT*, um relatório, ou um artigo científico para continuar o debate entre pares. Nenhum desses processos é excludente, mas exige esforços díspares.

Bibliografia

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. **cartilha-mrosc-2014.pdf**. Disponível em:

<<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/mrosc/publicacoes/cartilha-mrosc-2014.pdf>>.

Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. **Dilma anuncia reforma com redução de oito ministérios e corte de 3 mil cargos comissionados**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/10/dilma-anuncia->



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

reforma-com-reducao-de-oito-ministerios-e-corte-de-3-mil-cargos-comissionados>. Acesso em: 19 dez. 2016.

CARDOSO JR, J. C. **Burocracia e ocupação no setor público brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

D'ARAUJO, M. C.; FARIAS, I. C. DE; HIPOLITO, L. (EDS.). **IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.

G1. **G1 - 30% dos cargos de confiança federais são de servidores não concursados - notícias em Política**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/30-dos-cargos-de-confianca-federais-sao-servidores-nao-concursados.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

LASSANCE, A. **Serviço público federal brasileiro no século XXI: “inchaço” ou modernização e profissionalização?** Seminário apresentado em Agenda Estratégica para o Brasil. Brasília, 10 fev. 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/151005_sessao8>. Acesso em: 1 out. 2017

LOPEZ, F. G. (ED.). **Cargos de confiança: no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: IPEA, 2015a.

LOPEZ, F. G. **Evolução e perfil dos nomeados para cargos DAS na administração pública federal (1999-2014)**: Nota Técnica. Brasília: Ipea, out. 2015b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/151209_nota_tecnica_cargos_de_confianca_final.pdf>. Acesso em: 1 out. 2017.

LOPEZ, F. G.; BUGARIN, M.; BUGARIN, K. Mudanças político-partidárias e rotatividade dos cargos de confiança (1999-2013). In: **Cargos de confiança: no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: IPEA, 2015.

SOUZA, J. DE. Apresentação. In: LOPEZ, F. G. (Ed.). **Cargos de confiança: no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: IPEA, 2015.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

UOL. **Presidência tem maior número de cargos comissionados sem vínculo, diz Ipea.**

Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/10/28/presidencia-tem-maior-numero-de-comissionados-nao-funcionarios-diz-ipea.htm>>. Acesso em: 5 out. 2016.